

TUTELANDO CONSELHOS

Ana Elisa Serafim Machado, Luciene Rinaldi Colli

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Projeto de Extensão

Introdução

Criado em 2002, o Projeto de Extensão Tutelando Conselhos visa capacitar conselheiros tutelares sobre os direitos da criança e do adolescente previstos no ECA, diante da carência teórica observada nos profissionais eleitos. Através de palestras, seminários e processos seletivos qualificados, o projeto atua em diversos municípios da zona da mata mineira, promovendo a criação e fortalecimento de conselhos tutelares. O projeto envolve estudantes do curso de Direito e de Serviço Social da UFV, que contribuem com as atividades e ampliam sua formação prática na área da infância e juventude.

Objetivos

O objetivo geral do projeto é o fortalecimento de Conselhos Tutelares Municipais para uma escorreta e consciente atuação em prol da proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, disseminando conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Para isso, promove a capacitação de conselheiros tutelares, realiza processos seletivos em parceria com os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e divulga conhecimentos sobre a Doutrina da Proteção Integral, previstos no ECA, alcançando também estudantes e a sociedade em geral.

Material e Métodos ou Metodologia

O projeto de extensão Tutelando Conselhos atua junto aos Conselhos Tutelares para enfrentar violações de direitos de crianças e adolescentes, por meio de estudos sobre o ECA, análise de casos reais e capacitações. Nesse prisma, as ações são planejadas a partir de diagnósticos feitos com questionários e diálogo com os conselhos e demais órgãos da rede. Além disso, o projeto promove anualmente um seminário com base nas demandas identificadas e, atualmente, abrange mais de 40 municípios da região.

Apoio Financeiro

Resultados e/ou Ações Desenvolvidas

O projeto Tutelando Conselhos conta principalmente com alunos de Direito, que, apesar de não terem os direitos da criança e do adolescente como disciplina obrigatória, ampliam seu conhecimento por meio de pesquisas acerca do ECA e contato direto com conselheiros tutelares, oferecendo capacitação inicial e promovendo o estudo aprofundado da legislação, preparando os membros para ministrar cursos, produzir materiais e oferecer orientações jurídicas. O contato com conselheiros e a vivência prática possibilitam troca de experiências e conhecimento de situações reais de violação, fortalecendo a atuação dos alunos e ampliando a eficácia do Conselho Tutelar na proteção de crianças e adolescentes.

Conclusões

O projeto possui e realiza um papel fundamental no fortalecimento dos Conselhos Tutelares, promovendo a capacitação teórica e prática de conselheiros, para garantir a proteção efetiva dos direitos das crianças e adolescentes. Por meio de ações extensionistas em parceria com diversos municípios da zona da mata mineira, o projeto contribui para a melhoria das políticas públicas e o reconhecimento do Conselho Tutelar como órgão essencial na defesa dos direitos infantojuvenis, ampliando seu impacto social e promovendo a efetividade das medidas de proteção previstas na legislação.

Bibliografia

Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal – Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2003.

Declaração dos Direitos da Criança de 1959, Organização das Nações Unidas. Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br;

Lei Federal N° 8.069 de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília. Disponível em: www.senado.gov.br.